



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PARECER Nº 1235/2012/COLIC/CGLEG/CONJUR-MJ/CGU/AGU
PROCESSO Nº 08206.001548/2012-14
INTERESSADO: CGTI/DG/Departamento de Polícia Federal.
ASSUNTO: Aquisição de licenças de software Microsoft.

Valor de R\$ 19.239.889,36

I – Procedimento licitatório para Registro de Preços, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição eventual de licenças de software destinadas ao atendimento das necessidades do serviço de diretórios nacional da Polícia Federal-PF e do sistema CINTEPOL.

II – Necessidade de adoção de providências pela área competente e retificação das minutas.

III – Pelo prosseguimento, desde que sanadas as irregularidades apontadas neste Parecer.

Sr. Coordenador,

I- DO RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento licitatório para Registro de Preços, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição eventual de licenças de software destinadas ao atendimento das necessidades do serviço de diretórios nacional da Polícia Federal-PF e do sistema CINTEPOL.

II - DO MÉRITO DA CONTRATAÇÃO

2. No mérito, o Departamento de Polícia Federal pretende efetivar contratação de empresa fornecedora de licenças de software pela modalidade Pregão Eletrônico, ao amparo da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, conforme dispositivos abaixo transcritos, haja vista tratar-se de bens comuns, ou seja “...cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

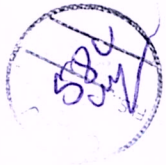
Lei nº 10.520, de 2002

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade Pregão, que será regida por esta lei.

Parágrafo Único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Decreto nº 3.555, de 2000

Art. 3º Os contratos celebrados pela União, para aquisição dos bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de Pregão, que destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

(...)

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o disposto no Anexo II.

3. Em relação a adoção da modalidade Pregão, importante reafirmar que a mesma somente poderá ser utilizada na contratação de bens e serviços comuns. Em que pese a definição de bens e serviços comuns deve-se, por ora, destacar a doutrina de Marçal Justen Filho e de Joel Menezes Niebuhr, *verbis*:

(...) bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio¹.

Em apertadíssima síntese, para qualificar bem ou serviço como comum é necessária: a) que, uma vez definidas as especificações do objeto de modo objetivo, se consegue estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração, sem que eventuais variações técnicas existentes entre produtos que atendam tais especificações sejam importantes ou decisivas para a avaliação da proposta que melhor satisfaz o interesse público; b) que as especificações técnicas do bem ou serviço sejam usuais no mercado; c) que estrutura procedimental do pregão, menos formalista e mais célere, não importe prejuízo à análise da qualidade do objeto licitado nem ao interesse público.²

4. Em síntese, a lei que institui o pregão define que bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital. No entanto, a denominação de “comum” não se refere a objeto sem sofisticação ou desenvolvimento.

5. Portanto, o conceito de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda aqueles que podem ser descritos objetivamente. Esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União, *verbis*:

No tocante à adequação da modalidade de licitação escolhida, entendo que os produtos/serviços demandados pelo TST podem se enquadrar como bens comuns, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade objetivamente definidos no edital, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 2º, § 1º, do Decreto n. 5.450/2005.³

6. Corroborando com a tese, a área técnica inseriu no Termo de Referência item com o seguinte teor: “6.1 Trata-se de previsão para contratação futura de material de informática cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, justificando a estratégia de realização de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO” (fl. 13).

7. Tendo em vista os argumentos eminentemente técnicos, que refogem ao âmbito de análise deste órgão de assessoramento jurídico, pode-se entender pela viabilidade da utilização do pregão.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico)*. 4ª Edição., São Paulo, Dialética, 2005, p. 30.

² NIEBUHR, Joel Menezes. *Pregão – Presencial e Eletrônico*, 4ª Edição, Curitiba, Zênite, p. 68

³ Acórdão 1114/2006 - Plenário



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



8. Diante dessas considerações e pela análise do objeto do procedimento administrativo, pode-se concluir pela viabilidade da utilização do pregão na modalidade eletrônica, haja vista que os bens a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, não acarretando nenhum prejuízo à qualidade do referido objeto e nem ao interesse público.

9. Ainda quanto ao mérito da contratação, verifica-se que o DPF pretende adquirir as licenças de software por intermédio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

10. Neste sentido, deve-se informar que o SRP consiste no procedimento de contratação de bens e serviços, que se efetiva por meio de licitação nas modalidades concorrência ou pregão, em que as empresas assumem o compromisso de fornecer bens e serviços em prazos registrados em uma ata específica. A contratação é realizada quando melhor convier aos órgãos ou entidades que integram essa Ata.

11. Importante mencionar que o SRP, muito embora seja o meio mais correto de se proceder à aquisição de bens e serviços a serem contratados em momentos posteriores pela Administração Pública, o mesmo não pode ser utilizado de forma indistinta. Para tanto, o art. 2º do Decreto nº 3.931, de 2001, prevê as hipóteses de utilização do referido sistema, senão vejamos:

- Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:
- I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;
- II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

12. Nestes termos, é importante que o DPF instrua os autos com a justificativa acerca da conveniência da contratação por intermédio do Sistema de Registro de Preços, conforme determina o disposto no art. 2º do Decreto nº 3.931, de 2001. Tal providência foi realizada no subitem 6.2 do TR – fl. 13.

13. Vislumbradas a possibilidade de utilização da modalidade pregão para a contratação dos bens, objeto do presente procedimento licitatório, e de utilização do sistema de registro de preços, ressalvados os apontamentos registrados neste Parecer, passa-se à análise da instrução processual e dos documentos essenciais à efetivação da contratação almejada.

III - DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

III.A- Do Planejamento da Contratação. Instrução Normativa nº 04, de 12 de novembro de 2010

14. As contratações de bens e serviços na área de TI devem ser precedidas de



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

um adequado planejamento.

15. Assentou o TCU a respeito:

20. [...] conforme o Acórdão 1.292/2003 - Plenário, a licitação de bens e serviços de informática deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor de informática, em que fiquem precisamente definidos, dentro dos limites exigidos na Lei nº 8.666/93, os produtos a serem adquiridos, sua quantidade e o prazo para entrega das parcelas, se houver entrega parcelada." Acórdão nº 636/2006 Plenário

16. Neste sentido, evidencia-se a aplicabilidade da Instrução Normativa nº 04, de 2010, conforme determina o art. 1º do citado normativo, tendo em vista tratar-se de contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de software.

17. Dessa feita, para a regularidade procedimental, deverá ser observada a fases de planejamento da contratação, previstas no art. 8º da Instrução Normativa em análise.

18. O planejamento da contratação, em apertada síntese, significa que o órgão demandante deverá analisar a viabilidade e os riscos da contratação, elaborar o plano de sustentação e a estratégia da contratação e, por fim, confeccionar o Termo de Referência, documento contendo os elementos essenciais da contratação pretendida.

19. A fase de Planejamento da Contratação, conforme define o art. 9º da Instrução Normativa nº 04, de 2010, inicia-se com o Documento de Oficialização da Demanda, que, necessariamente, deverá conter⁴:

- a) necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas da instituição, bem como o seu alinhamento ao PDTI;
- b) explicitação da motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação da Solução de Tecnologia da Informação;
- c) indicação da fonte dos recursos para a contratação; e
- d) indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, sem prejuízo da indicação, do integrante técnico e do integrante administrativo para compor a equipe de planejamento, conforme previsto no inciso III, do art. 2º da IN/MPOG nº 04/2010.

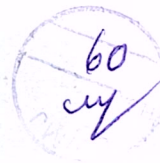
20. Referido documento encontra-se acostado às fls. 02/03, não tendo sido indicada, contudo, a fonte do recurso (alínea c supra).

21. Ainda quanto às exigências da IN/MPOG nº 04/2010, verifica-se que o Departamento de Polícia Federal elaborou a Análise de Viabilidade da Contratação (fls. 04/06), cuja assinatura do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação se faz imprescindível, a Estratégia da Contratação (fls. 08/10), o Plano de Sustentação (fls. 07) e

⁴ Art. 9º da IN/MPOG nº 04, de 2010.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



a Análise de Riscos (fls. 11), sendo necessária a assinatura da representante da área administrativa nestes três últimos documentos.

OK

22. Quanto aos requisitos dos referidos documentos, deve-se destacar que os mesmos estabelecem exigências estritamente técnicas, que não se inserem na competência desta Consultoria Jurídica. Assim sendo, recomenda-se que a autoridade competente do Departamento de Polícia Federal analise e ateste o cumprimento das exigências acima referidas.

III.B – Análise do Termo de Referência

23. Quanto ao Termo de Referência (fls. 12/19, deve-se afirmar que o mesmo fora elaborado em consonância com a legislação de regência, restando apenas tecer as seguintes observações.

24. Em relação aos quantitativos exigidos e as especificações técnicas constantes no item 5 e Anexo I do Termo de Referência, é imprescindível que a autoridade competente analise as reais necessidades das especificações constantes no referido documento.

DINF

25. Caso entenda pela pertinência das exigências mencionadas, a área técnica deverá carrear os autos com as justificativas necessárias para a manutenção de tais exigências. Tal providência decorre do fato de que requisitos excessivos ou desarrazoados, bem como a estipulação de marcas e modelos, restringem a sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações.

26. Ressalte-se que a análise administrativa acerca de tais critérios se faz necessária de maneira a comprovar a indispensabilidade do quesito tecnicamente imprescindível, sob pena de nulidade do ato, haja vista a ofensa a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos.

27. Este também é o entendimento do Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

LICITAÇÕES. D.O.U. de 13.12.2006, S.1, p. 223. Ementa: o TCU determinou ao Ministério da Integração Nacional que observasse o disposto nos arts. 3º, 14 e 40, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, abstendo-se de incluir, nos instrumentos convocatórios, excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição do seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores de serviços o objeto do certame (item 9.3.2, TC-014.946/2005-1, Acórdão nº 2.407/2006 – Plenário).

LICITAÇÕES: D.O.U. de 31.07.2008, S. 1, p. 133. Ementa: o TCU determinou à ABIN que, em procedimentos licitatórios, se abstinhasse de: (...); b) de incluir nos instrumentos convocatórios, excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restringissem o universo de possíveis fornecedores do bem a ser adquirido ou prestadores do serviço objeto do certame (itens 9.2.2 e 9.3, TC-010.308/2007-6).

LICITAÇÕES: D.O.U. de 20.02.2009, S. 1, p. 109. Ementa: determinação ao SESI/SE para que se abstenha de incluir, nos instrumentos convocatórios, detalhamento do objeto em tal nível que favoreça o direcionamento da licitação ou a restrição de seu



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores (item 9.8.1, TC-014.372/2005-9, Acórdão 569/2009 – 1ª Câmara).

28. Ressalte-se que as especificações e as justificativas são elementos estritamente técnicos, que refogem ao âmbito de análise deste órgão de assessoramento jurídico.

29. Ainda quanto ao Termo de Referência, faz-se necessário:

- No item 11 – ELEMENTOS PARA GESTÃO – subitem 11.2.1, após CONTRATANTE, inserir o seguinte: “composta por dois servidores do DPF”;
- Compatibilizar o item 14 do TR – DO CONTRATO – com o item 13 da minuta do Edital – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
- Deliberar sobre a possibilidade de garantia do produto, inserindo item específico.
- No item 17 – DO PAGAMENTO – inserir necessidade de consulta ao CADIN e demonstração de regularidade trabalhista da empresa (art. 27, inc. IV da Lei n. 8.666/93, com redação dada pela Lei n. 12.440, de 2011).

III.C – Da pesquisa de mercado e dos outros documentos necessários à regularidade do Pregão Eletrônico

30. Quanto à instrução do procedimento licitatório em tela, registre-se que consta dos autos a designação prévia de pregoeiro, conforme se afere pela Portaria acostada às fls. 36.

31. Quanto à reserva orçamentária para assegurar a presente contratação, não consta documento acostado aos autos, o que deverá ser providenciado pela área competente antes do início do procedimento licitatório.

32. Há de se afirmar, ainda, que foi realizada pesquisa de mercado (fls. 22/35) e elaborada tabela comparativa de preços (fls. 20/21). No entanto, salienta-se a necessidade de se proceder à renovação de tal pesquisa, já que as propostas encaminhadas encontram-se vencidas. Ademais, constam, apenas, duas propostas de preços, o que deverá ser saneado pelo setor competente, visto que o TCU exige o mínimo de 03 (três) propostas, veja-se:

Assunto: LICITAÇÕES. D.O.U. de 17.02.2006, S. 1, p. 76. Ementa: o TCU determinou ao IPEN/SP que adotasse procedimento padrão para as pesquisas de preços de bens e serviços, onde fique estabelecida a exigência de obtenção de no mínimo 03 (três) propostas de preço, nas quais conste completo detalhamento das especificações do bem ou serviço ofertado, em conformidade com as especificações do objeto da licitação, e esteja evidenciada a vinculação entre o valor indicado na proposta e o que efetivamente vier a ser contratado (item 1.5, TC-006.027/2004-4, Acórdão nº 252/2006 – 1ª Câmara).

33. Ainda quanto à instrução processual, é necessário submeter o presente processo à autoridade competente, prevista nos termos do Decreto nº 7.689, de 2012, com a interpretação dada pelo inciso V do art. 3º da Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012 e Portaria MJ n. 493/2012, que aporá a devida autorização para contratar.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

61
my

34. Outra providência a ser adotada, no Sistema de Registro de Preços, é a definição de quais os órgãos serão atendidos pelo programa de governo e a definição de quantitativo e as condições de contratação para cada órgão participante, conforme exigência prevista no Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, a seguir transcrito:

Acórdão 1.233/2012 – Plenário

9.16. determinar, com fundamento na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso II, ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que:

9.16.2. em atenção ao previsto na Constituição Federal, art. 130-A, § 2º, II, oriente os órgãos e entidades sob sua jurisdição para que (subitem III.1):

9.16.2.1. ao realizarem licitação com finalidade de criar ata de registro de preços atentem que:

9.16.2.1.1. devem fundamentar formalmente a criação de ata de registro de preços, e.g., por um dos incisos do art. 2º do Decreto 3.931/2001 (Acórdão 2.401/2006-TCU-Plenário);

9.16.2.1.2. devem praticar todos os atos descritos no Decreto 3.931/2001, art. 3º, § 2º, em especial o previsto no seu inciso I, que consiste em "convidar mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços";

9.16.2.1.3. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo obrigatória a realização dos devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);

9.16.2.1.4. a fixação, no termo de convocação, de quantitativos (máximos) a serem contratados por meio dos contratos derivados da ata de registro de preços, previstos no Decreto 3.931/2001, art. 9º, inciso II, é obrigação e não faculdade do gestor (Acórdão 991/2009-TCU-Plenário, Acórdão 1.100/2007-TCU-Plenário e Acórdão 4.411/2010-TCU-2ª Câmara);

9.16.2.1.5. em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital;

19.16. 2.2. quando realizarem adesão à ata de registro de preços atentem que:

19.16. 2.2.1. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo obrigatória a realização dos devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);

19.16. 2.2.2. devem demonstrar formalmente a vantajosidade da adesão, nos termos do Decreto 3.931/2001, art. 8º;

19.16. 2.2.3. as regras e condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços devem ser conformes as necessidades e condições determinadas na etapa de planejamento da contratação (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea d, c/c o art. 3º, § 1º, inciso I, e Lei 10.520/2002, art. 3º, inciso II); (grifos apostos)

35. Vislumbrada a regularidade da instrução processual, ressalvados os apontamentos realizados neste Parecer, passa-se à análise da regularidade da Minuta do Edital e seus anexos (fls. 37/54v).

61
my



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

IV – DA MINUTA DE EDITAL E SEUS ANEXOS

36. No que pertine à Minuta do Edital e seus anexos (fls. 37/54v), sugere-se:

- Analisar no item 4 a possibilidade de participação de cooperativas;
- Incluir no item 6 que o critério de julgamento será por item;
- Após o subitem 64 (SEÇÃO XIII – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES), inserir, no que couber, a regra do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei nº 10.520/02, renumerando os subitens seguintes;
- Inserir nos ITENS 119 e 120 as obrigações previstas no TR (itens 8 e 9);
- Na SEÇÃO XXXVI – DO PAGAMENTO - incluir a necessidade de comprovação da regularidade trabalhista;
- Transcrever as disposições constantes no TR nos itens 15 a 18;
- Inserir no anexo II – VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PARA CONTRATAÇÃO – os referidos valores.

MINUTA DO CONTRATO

- Compatibilizar todas as alterações realizadas na minuta do edital e do TR com a redação da minuta do contrato;
- No preâmbulo e na Cláusula Décima Segunda – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA EMPRESA -, prever toda a legislação citada no preâmbulo da minuta do edital;
- Transcrever as disposições constantes no Edital nas Cláusulas quarta, nona, décima e décima quinta;
- Renumerar as cláusulas constantes no contrato, tendo em vista a numeração errada a partir da cláusula sexta.


V - CONCLUSÃO

37. Consigna-se que são da responsabilidade do órgão de origem deste processo, por extrapolar os limites de competência desta área jurídica, as análises que impliquem em considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, além dos juízos de necessidade, conveniência e oportunidade do ato a ser praticado.

38. Em face de todo o exposto, pode-se afirmar que, mediante as alterações ora sugeridas, as Minutas de Edital, Ata de Registro de Preços e de Contrato encontram-se compatíveis com a legislação de regência, restando as mesmas aprovadas, nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993.

39. São as considerações que entendo pertinentes sobre o tema, que ora são submetidas à consideração superior.

Brasília, 07 de novembro de 2012.


Maria Clárice Maia Mendonça
Advogada da União

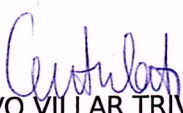


ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS




Aprovo.
À consideração superior.

Brasília-DF, 09 de novembro de 2012.


GUSTAVO VILLAR TRIVELATO
Advogado da União
Coordenador - COLIC/CGLEG/CONJUR/MJ


Aprovo.
À consideração superior.

Brasília-DF, 09 de novembro de 2012.



JOSÉ ALBERTO SILVA DE ÁVILA
Coordenador-Geral - CGLEG/CONJUR/MJ

De acordo.
Ao Departamento de Polícia Federal, para adoção das medidas cabíveis.

Brasília-DF, 09 de novembro de 2012.


GISELLE CIBILLA SILVA
Consultora Jurídica/MJ

À DINF
Em, 13/11/2012
Para Providências


VALDECY URQUIZA JÚNIOR
Delegado de Polícia Federal
Coordenador-Geral de Tecnologia de Informação

RECEBIDO	
Assessoria Jurídica/AJ	
Em,	12/11/2012
Hora	17:00
Assinatura	

EM BRANCO

A DINE

[Faint handwritten notes at bottom of page]